



O Curso Técnico em Agroecologia e o desenvolvimento sustentável do Território de Identidade Sertão Produtivo

Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva¹
Waldirene Magna Guimarães Pimentel Marques²

1 Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo,
rosany_katia@yahoo.com.br

2 Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo,
magnapmarques@hotmail.com

RESUMO

A Educação Profissional na Bahia, como em toda rede pública do País, esteve adormecida por algumas décadas, tendo sido reerguida a partir do Governo Lula, em especial no de Jacques Wagner na Bahia. Em 2008, com a implantação do Plano de Educação Profissional foram tomadas algumas providências no sentido de garantir a oferta de cursos técnicos de nível médio nas escolas da rede estadual de ensino, em suas diversas formas de articulação. O grande diferencial foi a criação de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional apenas nos Territórios de Identidade, com o objetivo de otimizar o uso dos recursos públicos e de relacionar essa formação acadêmica com o desenvolvimento da vida produtiva dos cidadãos e da sua comunidade em volta, principalmente a partir do Curso Técnico em Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; Territórios de Identidade; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Professional education in Bahia, as in any public network in the country, was dormant for some decades and having been re-erected it from Lula's Government, in particular the Government of Bahia Jacques Wagner. In 2008, with the deployment of Professional Education plan some steps have been taken to ensure the provision of mid-level technical courses in the schools of the State schools, in its various forms of articulation. The big difference was the creation of State and territorial Centers of Professional Education only in the territories of identity with the objective of optimizing the use of public resources and to relate this academic education with the development of the productive life of these citizens and their community around, mainly from the technical course in Agroecology.

Keywords: Identity; Agroecology Territories; Sustainable development.



Educação profissional e desenvolvimento sustentável do Território de Identidade Sertão Produtivo

O Governo da Bahia vem, desde 2008, implantando o Plano de Educação Profissional como política prioritária direcionada aos jovens, trabalhadores e estudantes egressos da escola pública buscando promover a elevação da escolaridade e a inserção cidadã no mundo do trabalho.

A partir da extinção da Coordenação de Projetos Especiais e da criação da Superintendência da Educação Profissional conforme Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 e 22 de dezembro de 2007, e de acordo com o disposto no artigo 58, inciso II — com “[...] a finalidade de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional” —, essa superintendência definirá a vinculação da proposta de Educação Profissional às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos Territórios de Identidade e cadeias produtivas, bem como seu marco regulatório e modelo de gestão.

A instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado pelo Decreto nº 11.355/2008, de 4 de dezembro de 2008, materializou a ampla rede de oferta da Educação Profissional na Bahia. Estruturados em eixos tecnológicos de formação e com uma gestão democrática baseada na criação de um Conselho Escolar constituído paritariamente por segmentos da comunidade escolar e local, esses Centros devem garantir a interação com o mundo do trabalho e estágio a partir da relação com os Territórios de Identidade.

Essa proposta de Educação Profissional segue o direcionamento dado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, em seu artigo 205, diz,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Também está alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, quando vincula o mundo do trabalho e a prática social à educação. O que destoa do restante do País é que, na Bahia, a caracterização da



oferta de Educação Profissional segue a demanda de cada Território de Identidade. Essa nova forma de regionalização do Estado possui uma lógica semelhante às regionalizações anteriormente experimentadas, mas inova no tocante aos limites espaciais que rompem as fronteiras administrativas. Segue como definição o conceito de *território* de Milton Santos (2000):

[...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2000, p. 96).

A iniciativa é coordenada pela Superintendência de Cultura e visa contribuir para a promoção do desenvolvimento sociocultural dos 26 territórios baianos (Andrade, 2008). Inspirada no governo federal, busca a descentralização das tomadas de decisão com a criação de Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, compostos paritariamente por representantes dos poderes públicos estadual e municipal e pela sociedade civil organizada, presentes na esfera de cada território.

O Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, institui o *Programa Territórios de Identidade* na Bahia e determina, em seu artigo 1º, que deve atuar em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal. Esses Territórios passaram a ser analisados como unidades de planejamento para a execução de políticas públicas no governo baiano. A implantação de políticas públicas pode emanar do governo, mas só se efetivam como tais depois de passarem pelo crivo do debate com a sociedade civil (RUBIM, 2008). Em 2006, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo (Codesp). Baseando-se na gestão democrática com representatividade do governo, de organizações não governamentais atuantes e da sociedade civil, busca administrar o desenvolvimento sustentável e a integração dos dezenove municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo. São eles: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Irandi.

Dentro dessa perspectiva, o Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo deve atender às demandas do Território Sertão Produtivo, buscando alinhar o desenvolvimento socioeconômico com a sustentabilidade ambiental. Para tanto, precisa ofertar cursos técnicos de nível médio que conduzam o cidadão a um permanente aperfeiçoamento de aptidões para a vida produtiva na sociedade do trabalho e do conhecimento.



O território supracitado apresenta, em sua grande maioria, a agropecuária, a prestação de serviços e a administração pública como atividades econômicas marcantes entre os seus dezenove municípios, conforme Caracterização dos Territórios de Identidade da Bahia, feita pelo Dieese/Suprof/SEC-BA. Considerando essas características e em discussão com a comunidade territorial, o *I Fórum de Educação Profissional*, realizado em 2008, em Caetitê, decidiu criar esse Centro e implantar alguns cursos técnicos compatíveis com o perfil econômico apresentado acima, tais como: Curso Técnico em Agroecologia, Curso Técnico em Administração, Curso Técnico em Mineração e Curso Técnico em Enfermagem. Essa formação profissional deveria garantir a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade Sertão Produtivo.

Considerando o sentido de desenvolvimento dado por Castoriadis (1990), “[...] espera-se gerar um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva”. No entanto, um dos eixos centrais do processo de desenvolvimento é o conhecimento de que, de acordo com Demo (2002:131), “[...] é potencialmente disruptivo, mas também susceptível de censura. Para ser inovador e produtivo, precisa formar trabalhadores que saibam pensar, entretanto tal pensar é favorecido apenas pela metade, em termos de qualidade formal, evitando-se a qualidade política; aos trabalhadores cabem inovar processos produtivos e produtos, mas a eles é sonogado o direito de defender seus direitos”.

Além de promover o desenvolvimento e crescimento econômico do Território de Identidade Sertão Produtivo, é essencial garantir a identidade historicamente construída. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza, patrimônio cultural identitário e saberes populares que precisam ser preservados em detrimento da mercadoria, da degradação, do imediatismo e do individualismo, conforme Pacífico e Flávio (2005), características intrínsecas ao desenvolvimento capitalista global e globalizado.

Não obstante, é importante elaborar uma abordagem (i)material do Território de Identidade Sertão Produtivo de maneira a reconhecer o movimento histórico e relacional, no intuito de subsidiar a elaboração de propostas e ações pedagógicas que fortaleçam o sentimento de pertencimento e que possam apontar acertadamente a oferta



de cursos técnicos no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo que contribuam para o crescimento socioeconômico regional de maneira sustentável.

Foi criado, nesse Centro Territorial de Educação Profissional, o Curso Técnico em Agroecologia, com o objetivo de impulsionar uma grande mudança no meio rural e na agricultura numa perspectiva que assegure a sustentabilidade socioambiental e econômica do Território de Identidade Sertão Produtivo. Bem diferente da proposta do Curso Técnico em Agropecuária, tradicional em Caetité até a década de 1980, a Agroecologia propõe buscar os conhecimentos e experiências acumuladas pelos pequenos produtores rurais deste sertão para promover transformações sociais geradas a partir da produção e do consumo mais sustentáveis. Não é o mesmo que *agricultura ecológica*, pois envolve um processo social mais complexo e integrado ao sistema econômico. É equivocado também pensar que as práticas agroecológicas descartam o uso de tecnologias.

A nova proposta de Educação Profissional na Bahia vem resgatar o comprometimento com novos conteúdos e novos currículos que possibilitem a superação, entre outras coisas, da abordagem convencional de agricultura, voltada sobretudo para modelos técnicos produtivistas. A visão de meio ambiente deve superar a ideia de inesgotabilidade para extração de riquezas. Além disso, a concepção de *ensino* não deve assentar na ótica do adestramento para o mercado de trabalho nem estar vinculado apenas com o setor patronal, abandonando o mundo rural do pequeno produtor do sertão.

O ensino de Agropecuária aborda o agronegócio e o desenvolvimento tecnológico dominante que se insere na propriedade rural sem considerar as especificidades locais e possíveis fragilidades. Durante muitos anos, foi esse o perfil esperado para o técnico em Agropecuária. O retorno social desse profissional para o Território de Identidade Sertão Produtivo nunca foi além do emprego nas médias e grandes fazendas produtoras de laticínios e gado de corte. Geralmente originários de famílias de pequenos produtores rurais residentes em distritos ou comunidades distantes da sede do município, os técnicos formados raramente retornavam às suas origens para promover melhorias ou simplesmente o incentivo à permanência dos pais em suas terras. Quando não eram absorvidos pelo mercado de trabalho restrito, iam desempenhar funções nada relacionadas com a área de formação acadêmica, tais como: balconista, mecânico, pedreiro.



Implantado a partir de 2009, o Curso Técnico em Agroecologia tem tentado superar muitas dificuldades que vão desde a absorção real do conceito agroecológico pelos professores e alunos até o reconhecimento dessa nova formação pela sociedade em geral. Os próprios alunos matriculados no curso técnico não aceitam a ideia de permanecerem em suas terras na zona rural e promoverem melhorias na vida de seus familiares. Muitos desistiram quando entenderam que a proposta é alavancar um projeto alternativo de desenvolvimento do campo.

A sensibilização dos filhos de pequenos agricultores para estudarem o Curso Técnico em Agroecologia é uma estratégia eficaz para sanar os baixos índices de escolaridade encontrados entre a população rural, além de facilitar a articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento de agricultores camponeses acumulado historicamente a partir da relação com o meio em que vivem.

Infelizmente, a grande maioria das escolas que ofertam cursos técnicos de nível médio na Bahia é desprovida de espaços adequados para a realização de aulas práticas. O aproveitamento dos espaços ociosos por ocasião da implantação do Plano de Educação Profissional no Estado tanto possibilitou a otimização de recursos e de prédios públicos como criou um problema que até hoje não está resolvido definitivamente. Em 2009, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, escola pertencente a uma rede de demais unidades com o mesmo padrão físico, cravado no centro do município de Caetitê e cercado por outras instituições de ensino e residências, foi transformado em Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo. Sem possuir área livre ou infraestrutura para ofertar o Curso Técnico em Agroecologia de Nível Médio, está desde então buscando minimizar o desconforto de não realizar atividades condizentes com as disciplinas específicas do curso pela inadequação do espaço. Ainda que possuísse espaço livre para o plantio ou criação de pequenos animais de maneira sustentável como enfatiza a filosofia agroecológica, versão modernizada e ecologicamente correta da antiga Agropecuária, não iria dispor de alternativa para irrigação, a não ser a água encanada e tratada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), contradição dentro do que se ensina teoricamente em sala de aula. Recentemente, a equipe gestora desse Centro Territorial pleiteou junto à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) a instalação de uma cisterna de produção com captação de água da chuva a partir de encanação estrategicamente colocada no telhado da escola e depositada em espaço próprio. Caso esse problema seja resolvido, ainda permanece a falta de espaço para o plantio, e agora



seria a vez de buscar parceiros públicos que cedessem parte de suas terras para esse fim pedagógico, como a Prefeitura Municipal ou uma Associação de Moradores. Nesse ínterim, estão em fase de conclusão, no quarto ano do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, sessenta alunos que nunca aplicaram tudo o que leram em apostilas, módulos e livros. O uso abstrato de leituras e da convencional escrita não substituirão a falta significativa da produção do conhecimento. O ideal seria o “aprender a fazer, fazendo”, pois, segundo Barato (2011):

O aprender na e pela atividade, cujo padrão mais evidente na história é a aprendizagem em corporações de ofício, não desvincula conhecimento da prática social. O saber que se elabora dessa maneira não tem aquela conotação dualista apresentada pelo par teoria e prática.

Deve ficar claro que não é necessário teorizar o conhecimento para depois praticá-lo. A escola acaba convertendo conteúdo do trabalho em saber proposicional que pode ser desenvolvido em sala de aula e por meio de materiais didáticos como livros, apostilas e vídeos. Perde-se, então, o prazer da aprendizagem contextualizada, inserida num determinado grupo social permeado de conhecimento técnico adquirido a partir de sua leitura de mundo. Não devemos ignorar, portanto, o saber dos trabalhadores manuais, que encontraram a solução de diversos problemas a partir das demandas concretas do que fazer, diferentemente dos trabalhadores intelectuais, que veriam o desafio em termos abstratos, conforme afirma Jarbas Novelino Barato (2011). Seria o mesmo que ignorar o domínio da profissão do pedreiro que pôs o piso em minha casa sem nunca ter feito curso técnico específico, mas que soube medir, cortar, nivelar e fixar cada cerâmica buscando administrar a deformidade do terreno com o desenho geométrico do modelo escolhido. Ele sequer tem a noção dos conteúdos matemáticos e geométricos que utiliza em sua profissão ao desempenhá-la brilhantemente. Ainda para ilustrar como ocorre a compreensão das ferramentas de ofício a partir de uma prática social baseada num saber coletivo e não formal, cito o exemplo de meu pai, senhor de cinquenta e poucos anos de idade, residente da zona rural e não beneficiado com o ensino formal por conta das dificuldades financeiras e de deslocamento para a cidade. Mesmo com essa limitação, projetou e construiu a casa do sítio em que mora, faz o parto das vacas, aplica remédios injetáveis nos animais doentes e, mais recentemente, reformou o curral com madeira cortada milimetricamente e encaixada para proporcionar funcionalidade e estética favorável. Sem o auxílio de um engenheiro ou veterinário nem de cálculos matemáticos que facilitassem a vida, foi capaz de articular saberes e executar um bom trabalho. Ao contrário dele, os alunos do Curso Técnico em



Agroecologia, portadores do diploma, certamente sentirão dificuldade numa execução ainda não experimentada. Tanto o pedreiro como o meu pai traçaram o caminho oposto ao modo tradicional de tratar o saber no sistema formal de educação, foram do objeto para a sua representação abstrata. Não precisaram aprender teoricamente como desempenhar suas funções e conseguiram fazer leituras das dimensões de mundo, evidenciando o que afirma o filósofo Ryle (1984) em seus estudos sobre crítica literária: “A inteligência da técnica é latente ou intrínseca”. Ryle (1984) ainda mostra que:

[...] profissionais que dominam boas teorias nem sempre conseguem bons resultados no plano da execução. Ao mesmo tempo, bons executores não conseguem às vezes apresentar argumentos satisfatórios sobre a arte que dominam.

O dualismo (teoria e prática) continua a predominar nos sistemas educacionais brasileiros. Além de gerar propostas deturpadas de metodologia de ensino, causa a desvalorização social de muitas profissões em uma sociedade dividida como a nossa. É trágico constatar que esse dualismo é utilizado com fins ideológicos, buscando justificar a supremacia de trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Desde os primórdios da história, quando ocorreu inicialmente a divisão de trabalho, dando origem a grupos com a função de planejamento e outros com a função de realizar atividades braçais, ficaram definidos para alguns o distanciamento e a diferença de importância a ser classificada por esse critério funcional. Mesmo em pleno século XXI, ainda proliferam visões que rebaixam o trabalho manual.

Referências bibliográficas

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Superintendência de Educação Profissional**. Disponível em <http://www.educacao.ba.gov.br/> Acesso em 10 de julho de 2011.

BRITO, E. S. P; OLIVEIRA, L. W. Educação Profissional na Bahia – tecendo comentários sobre a política federal e estadual. In: **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, Laranjeiras/SE, 2010.

BRASIL. LDB. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CIVIL.03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 10 de julho de 2011.

RIBEIRO, M. T. F; MILANI, C. R. S (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Edufba, 2009

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D. (org.). **Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais**. Vitória da Conquista: Uesb, 2010.

NEVES, E. F. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo da história regional e local). 2ª ed. Salvador: Edufba, 2008.

MOLL, J. *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Instituto Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná**. Curitiba, 2010.

Caderno de Resumos e Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem: Os Sertões da Bahia. Caetité, v. 1, out. 2011.

BONNETI, Li. W. **Políticas públicas por dentro**. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

RAMOS, M. N. **Educação Profissional: história e legislação**. Curitiba: IFPR, 2011.

PEREIRA, M. de F. R. **Trabalho, globalização e ideologia**. Curitiba: IFPR, 2011.

CASTORIADIS, C. **Le monde morcelé**. Les Carrefours du Labyrinthe 3. Paris: Seuil, 1990.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002. 195 p.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, M.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005; p. 83-105.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

LISBOA, J. B. de. **A trajetória do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer o desenvolvimento local?** São Paulo: Eaesp/FGV, 2001.

SANTOS, M. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

BENKO, G. Territorie et Sciences Sociales. In: ITÇAINA, X., PALARD, J. **Régimes territoriaux et développement économique**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes II, Collection Espaces et Territoire, 2007.

ANDRADE, Ângela. **Descentralização da Secretaria de Cultura e democratização do processo de formulação de políticas para o desenvolvimento da cultura**. In: http://www.secult.220i.com.br/conteudo/programa/sistema_estadual_cultura/downloads

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas Públicas de cultura no Brasil e na Bahia**. In: http://www.secult.220i.com.br/conteudo/programa/sistema_estadual_cultura/downloads